

---

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## **40 ANOS DO AI-5**

# **Médici queria revogar AI-5, diz ex-presidente da Arena**

**General fez consultas, mas não encontrou nenhum apoio, diz Rondon Pacheco**

**Costa e Silva também queria extinguir ato outorgando uma nova Constituição em 1969, mas adoeceu e foi afastado da Presidência**

Fernanda Odilla/Folha Imagem



*O ex-ministro e ex-governador Rondon Pacheco, em Uberlândia*

**FERNANDA ODILLA**  
ENVIADA ESPECIAL A UBERLÂNDIA (MG)

**SOFIA FERNANDES**

## COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM UBERLÂNDIA (MG)

O general Emílio Garrastazu Médici assumiu a Presidência do Brasil em outubro de 1969 disposto a revogar o AI-5, sigla que entrou para a história como o ato institucional que escancarou a ditadura no país. Médici desistiu da idéia e assumiu uma posição linha-dura tão logo constatou, em consultas informais, que não teria o apoio de importantes aliados.

A cúpula das Forças Armadas achava cedo demais para extinguir o texto que abriu a possibilidade de fechar o Congresso, permitiu intervenção do governo federal nos Estados, institucionalizou a censura e suspendeu o habeas corpus em casos de crimes políticos.

A primeira versão do AI-5, contudo, era muito mais radical. Extinguia o Legislativo em todo país e fechava o Supremo Tribunal Federal. Essa versão foi rechaçada pelo então presidente Arthur da Costa e Silva (1967-1969), que exigiu um texto que não fosse "dose para cavalo" e só aceitou assiná-lo porque temia ser deposto.

O autor dessas revelações, até hoje compartilhadas em detalhes somente com poucos confidentes, é Rondon Pacheco, ex-chefe da Casa Civil do governo Costa e Silva. Aos 89 anos, ele é a única testemunha viva que participou de todo o processo de confecção do AI-5, no dia 13 de dezembro de 1968.

Com as credenciais de quem redigiu o texto final do ato, ajudou a fazer uma Constituição que facilitaria a revogação do ato em 1969 -mas não foi outorgada porque Costa e Silva adoeceu- e participou da escolha da segunda chapa presidencial depois do movimento de 1964, Pacheco revelou à Folha bastidores daquele capítulo da história da ditadura brasileira.

"O presidente Costa e Silva me disse isso várias vezes em seus despachos, que ele às vezes não dormia pensando nos problemas do outro dia", recorda Rondon Pacheco, dizendo que Costa e Silva assumiu o governo gerenciando problemas. Havia, segundo Pacheco, uma conspiração sendo tramada pelo ex-governador Carlos Lacerda no Hotel Glória (RJ).

"Não foi um governo tranquilo, apesar de estar perfeitamente constitucionalizado", diz. Mas afirma que a Constituição de 1967 assustou o autodenominado "governo revolucionário". Para o ex-chefe da Casa Civil, foi a falta de habilidade política que transformou dois curtos discursos do deputado Márcio Moreira Alves -que criticou militares no plenário da Câmara- na maior crise do governo. "Coisa do Márcio,

demagogo", avalia Pacheco. Ofendidos, os militares exigiram a cassação do deputado. Pacheco conta que Costa e Silva acordou uma solução intermediária para aprovar uma licença para o deputado.

"Se tivesse havido a punição conforme já estava combinado, não teria havido nada [o AI-5]", sustenta. Mas o ministro Gama e Silva (Justiça) decidiu, à revelia, trocar os integrantes da comissão que analisava o caso para aprovar a cassação. O ministro só não foi demitido porque era amigo do presidente, segundo Pacheco.

A cassação, contudo, foi rejeitada pelo plenário da Câmara por 216 votos a 141, conforme ata da sessão de 12 de dezembro de 1968. Diante da derrota no Congresso, as condições para um golpe dentro do golpe estavam postas, na visão do governo. O presidente tomou a decisão de "nada decidir" naquela noite de quinta-feira. Nem sequer recebeu companheiros de farda, que já tramavam uma proposta para reforçar o poder das Forças. Convocou reunião para as 11h. Na manhã daquela sexta-feira 13, começava a fase mais dura da ditadura brasileira. "Tudo foi decidido pela manhã.

Quando foi para o Conselho [Nacional] de Segurança, o problema já tinha sofrido um despacho saneador do presidente", recorda o ex-ministro.

Foi convocado para a reunião um seletivo grupo que ouviu do presidente a intenção de fechar o Congresso e editar um ato semelhante ao AI-1, que permitiu a cassação e suspensão dos direitos políticos de quem era contra o sistema.

"Gama e Silva estava muito agitado. Isso eu notei. Ele chegou, sentou na cadeirinha do ministro da Justiça e disse: "O ato, presidente, está pronto". Ele estava certo que ia fazer o presidente engolir o ato", revela Pacheco. A primeira versão do AI-5 proposta "era um ato terrível", nas palavras de Pacheco. Demitia todos os ministros do Supremo, dissolvia o Congresso e todas as Assembleias Legislativas. A intervenção federal seria no país inteiro, inclusive com a indicação de todos os prefeitos.

Rondon Pacheco guarda na memória detalhes daquela primeira reunião do dia no Palácio das Laranjeiras, mas revela ojeriza à versão ultra-radical do AI-5 lida por Gama e Silva. Diz que não quer nem saber que fim levou aqueles papéis.

Antes de vetada pelo presidente, a primeira versão dividiu os seis integrantes da reunião (veja quadro). A nova proposta foi apresentada no início daquela tarde. Caberia a Rondon Pacheco elaborar o texto final. "O Gama e Silva levou um projeto e eu fui expurgando".

Enquanto fechavam o texto, chegaram os membros do Conselho Nacional de Segurança para a reunião das 17h, que sacramentou o AI-5. O vice-presidente Pedro Aleixo, segundo Pacheco, trouxe uma proposta para decretar o estado de sítio e uma carta de renúncia, se Costa e Silva desistisse. Costa e Silva permaneceu no poder, mas elaborou um plano: a outorga de uma nova Constituição permitiria acabar com o AI-5 no dia 7 de setembro de 1969. Mas adoeceu e foi afastado do cargo dez dias antes de executar o cronograma. O presidente que sucedeu Costa e Silva também pensou em pôr fim ao ato, afirma Pacheco: "O Médici quis revogar o ato e não teve apoio. O Exército achava cedo". Escalado por Médici para presidir a Arena e depois governar Minas, Pacheco conta que o presidente recém-empossado fez consultas sobre o assunto. "Médici achou que talvez fosse melhor fazer o teste: revogar o AI-5 para ver se eles paravam com a agitação." Mas o teste nunca foi feito.

São Paulo, domingo, 07 de dezembro de 2008

FOLHA DE S.PAULO **brasil**

---

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

## 40 ANOS DO AI-5

# Com pressão a 22, Costa e Silva pôs médico na ante-sala da "missa negra"

### Rondon Pacheco afirma que não houve clima para debates na reunião decisiva

DA ENVIADA A UBERLÂNDIA (MG)  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM UBERLÂNDIA (MG)

Momentos antes da reunião do Conselho Nacional de Segurança que sacramentou o AI-5, a pressão do presidente Arthur da Costa e Silva estava nas alturas. Um médico ficou de prontidão na ante-sala, para qualquer emergência. Mas o presidente parecia querer mais motivos para preocupar os médicos, revela Rondon Pacheco, então chefe da Casa Civil do governo.

"Quando entrou na reunião, ele [Costa e Silva] ainda falou para mim: "Dr. Rondon, estou precisando da minha pressão a 21", recorda Pacheco, que, naquele momento, acabara de informar o presidente que o ato ainda estava viciado.

Com a pressão a 22 por 13, Costa e Silva iniciou a reunião pedindo que cada um dos 23 integrantes do conselho dissesse "o que pensa e o que sente". Às 17h do dia 13 de dezembro de 1968 celebrou-se, ao som de sirenes, a "missa negra", como o jornalista Elio Gaspari, no livro "A Ditadura Envergonhada", definiu aquela reunião. Tudo para manter Costa e Silva no poder, segundo Pacheco.

O fim da cerimônia fora traçado pelo presidente, que bateu na mesa e disse que "a decisão estava tomada" antes de ouvir os ministros. Segundo Pacheco, não houve clima para debates ou troca de impressões: "Nós estávamos tão tensos". Restava aos signatários do ato deixar a própria marca. Chama a atenção os votos dos três mineiros integrantes do Conselho de Segurança: quem não foi contra, foi moderado, ao contrário de ministros como Jarbas Passarinho (Trabalho), que mandou "às favas todos os escrúpulos de consciência" ao se posicionar a favor do AI-5.

O primeiro voto daquela reunião das 17h foi um "não". O vice-presidente Pedro Aleixo defendeu o estado de sítio em vez da aplicação do ato. Ele argumentou que dessa forma era possível prevenir, com uma medida constitucional, as "perturbações" que tiravam o sono do presidente e do ministro Gama e Silva (Justiça). Foi o único "não" daquela tarde.

Outros dois mineiros integrantes do conselho acompanharam a moderação do vice-presidente. O tradicional jeito mineiro de fazer política, dissimulado para uns, conciliador para outros, deu o tom de 3 dos 23 votos naquela sexta-feira 13. Pacheco disse estar diante de uma encruzilhada. Não concordava com o ato, mas sabia que o governo não conseguiria dois terços do Congresso para votar o estado de sítio.

"Os mineiros foram os mais moderados", disse ele, que propôs também a vigência de um ano para o ato, sugestão descartada por Orlando Geisel, então chefe do Estado-Maior. Outro mineiro, ministro Magalhães Pinto (Relações Exteriores) fez jus à fama. No fim de seu voto, disse que se sentiu mais constrangido assinando o AI-5 do que quando ajudou a deflagrar o golpe de 1964.

O ministro Gama e Silva (Justiça) foi o último a falar. O autor da primeira e mais radical versão do ato deveria ter falado, de acordo com o protocolo, antes de Magalhães Pinto. O presidente quebrou o cerimonial, deixando-o por último.

Segundo Pacheco, todos sabiam das idéias radicais de Gama e Silva. "A rescisão do habeas corpus foi idéia dele. O Pedro

Aleixo se pôs contra. O Gama queria demitir todos os ministros do Supremo. É muito além do habeas corpus."